



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Córrego Novo

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	9
2	Metodologia	14
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	14
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto.....	23
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados.....	23
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Córrego Novo	25
3.1	Caracterização Geral	25
3.2	Análise Temática	34
3.3	Clipping de Notícias	69
3.4	Textos Acadêmicos.....	74
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas.....	78
4.1	Turismo	78
4.2	Cultura	79
4.3	Esporte e Lazer.....	79
5	Avaliação de Impactos	83
5.1	Metodologia	83
5.2	Resultados	105
6	Créditos e Referências	111
	Entrevistados no Município	111
	Equipe Técnica	111
	Referências.....	115

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	19
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais.....	20
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	21
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	22
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	22
Figura 6 Mapa de localização município de Córrego Novo.....	29
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Córrego Novo.....	38
Figura 8 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	51
Figura 9 Cavalgada em Córrego Novo.....	59
Figura 10 Onda de lama no rio Doce, em Córrego Novo	71
Figura 11 Ponto de monitoramento da lama na cachoeira dos Óculos, no Parque Estadual do Rio Doce, município de Córrego Novo (MG).....	72
Figura 12 Nuvem de termos referentes ao clipping de Córrego Novo	74
Figura 13 Modelo de Gráfico de Radar	90
Figura 14 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos	91
Figura 15 Classificação da Significância de Impactos	92

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR.....	17
Tabela 2 Taxa de urbanização - Córrego Novo e Minas Gerais (%).....	26

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Córrego Novo e de Minas Gerais	27
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Córrego Novo e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	30
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Córrego Novo e de Minas Gerais (2010 – 2013)	32
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Córrego Novo (2000 e 2010)	34
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística - Córrego Novo	36
Tabela 8 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Córrego Novo	45
Tabela 9 Locais e templos de manifestação de fé/edificações	48
Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Córrego Novo (2014 e 2015)	54
Tabela 11 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Córrego Novo (2014 e 2015)	54
Tabela 12 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Córrego Novo (2013-2017)	56
Tabela 13 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Córrego Novo (2014-2016)	56
Tabela 14 Equipamentos de esporte e lazer	68
Tabela 15 Clipping de notícias de Córrego Novo	70
Tabela 16 Síntese de citações	75
Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão .	84
Tabela 18 Modelo de Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	87
Tabela 19 Planilha de identificação dos impactos ambientais	109
Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em Córrego Novo	111
Tabela 21 Equipe técnica	111



Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Córrego Novo.....	33
Gráfico 2 Impactos na imagem do município	106
Gráfico 3 Impacto na paisagem	107
Gráfico 4 Impacto econômico no turismo	108

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MINC: Ministério da Cultura

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo, relativos ao município de Córrego Novo, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Córrego Novo aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Córrego Novo/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Córrego Novo. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado

Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce; em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos,

integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Córrego Novo

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Os irmãos Antônio e Cessário Albano dos Reis, em busca de terras férteis, deixaram o povoado de Iguaçu e logo encontraram terras fecundas nas quais se estabeleceram. A região contava com muitos córregos e, assim sendo, aquele descoberto pelos irmãos foi nomeado “Córrego Novo” (IBGE 2016).

O povoado fazia parte do município de Bom Jesus do Galho, tornando-se distrito no dia 27 de dezembro de 1948, pela Lei nº 336. Emancipou-se em 30 de dezembro de 1962, quando foi desmembrado de Bom Jesus do Galho (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Córrego Novo está situado corresponde a 205.385 Km², pertencendo à Mesorregião Vale do Rio Doce e à Microrregião de Caratinga (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 22,8° C.

Seus municípios limítrofes são: Bom Jesus do Galho, Pingo d’Água, Dionísio, Raul Soares e Marliéria. O município é constituído pelo distrito sede (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Córrego Novo em 2016 era de 3 mil habitantes e sua densidade demográfica de 15,76 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Córrego Novo foi de -1,2%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou taxa média anual de crescimento novamente negativa, sendo esta de -1,5%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 58,88%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 65,17%, em 2010. Já em Minas Gerais, observa-se aumento pouco significativo, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - Córrego Novo e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Córrego Novo	População urbana	32,91	58,88	65,17
	População rural	67,09	41,12	34,83
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Córrego Novo era composta por 49,73% de homens e 50,27% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Córrego Novo, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 40,13%, em 1991, para 26,42%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (2,35%, em 1991, para 8,22%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 3,64% da população de Córrego Novo possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Córrego Novo possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Córrego Novo, no ano 2000, a razão de dependência foi de 60,48%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 50,77%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 9,82% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Córrego Novo e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Córrego Novo	Razão de dependência	74,64%	60,48%	50,77%
	Taxa de envelhecimento	5,69%	8,69%	9,82%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Identifica-se, assim, diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Córrego Novo, especialmente naquilo que se refere à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso ao município de Córrego Novo se dá pela via terrestre, sendo seu principal meio o rodoviário. O município não possui rodoviária, sendo o ponto de embarque e desembarque realizado na Praça Santa Efigênia.

Córrego Novo é atendido pela MG-759⁸, situando-se a 271 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (62 Km) e Pingo d'Água (18 Km). O transporte intermunicipal é realizado pela empresa Viação Cidades das Águas (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

O meio ferroviário pode ser acessado no município de Ipatinga, que conta com estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Também em Ipatinga se localizam os serviços aeroviários mais próximos, uma vez que a localidade conta com o Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Córrego Novo conta com a empresa Oi como a principal operadora de serviços de telefonia e internet móveis.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Córrego Novo.

⁸ A MG-759 dá acesso à BR-458.

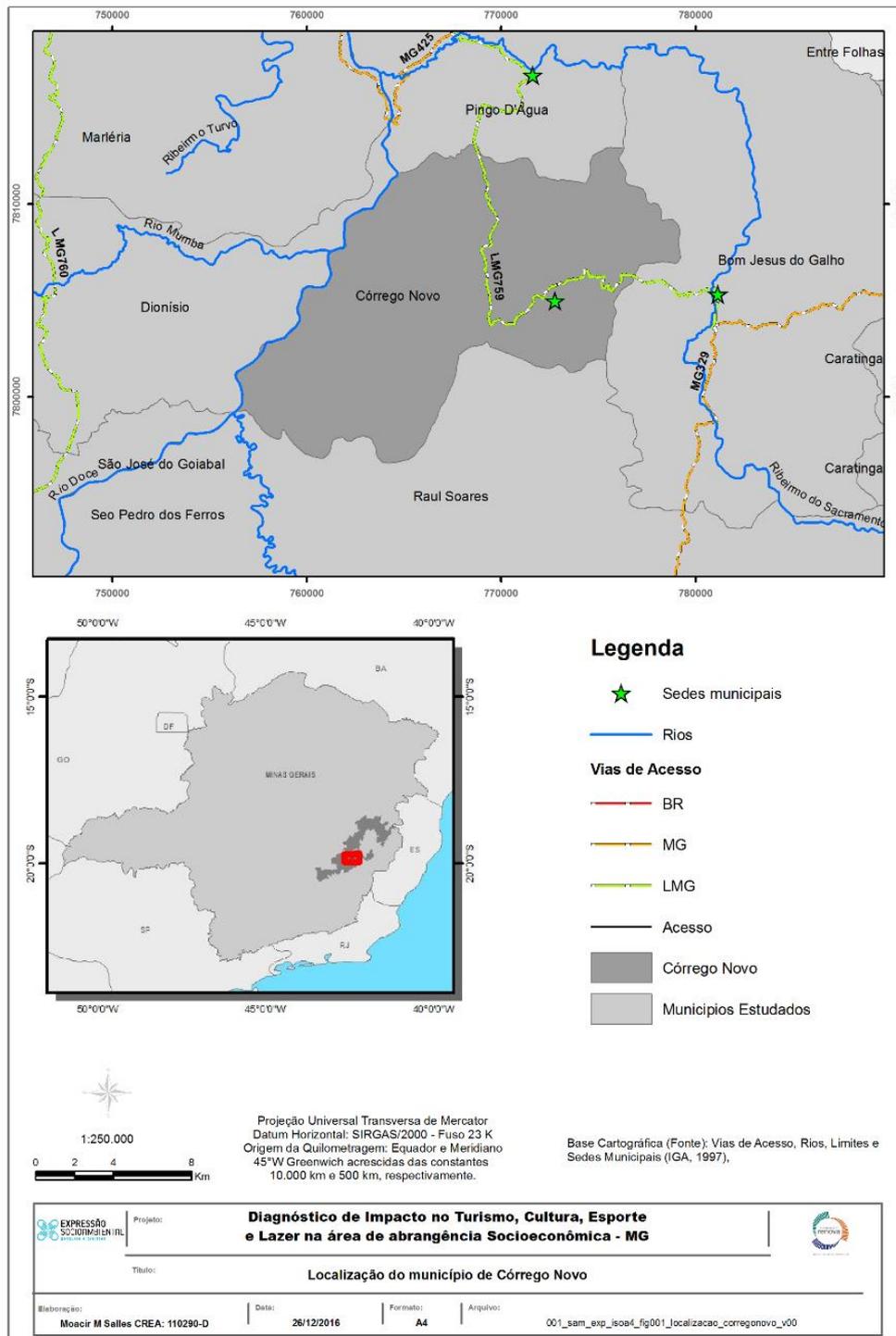


Figura 6 Mapa de localização município de Córrego Novo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Córrego Novo, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,292 do IDHM total, 0,110 do IDHM longevidade, 0,142 no IDHM renda e 0,381 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Córrego Novo e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Córrego Novo	0,340	0,480	0,632	0,695	0,740	0,805	0,454	0,532	0,596	0,125	0,281	0,525
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Córrego Novo foi de 0,632 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado dos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,125 para 0,525. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,805 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Córrego Novo manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Córrego Novo, é possível identificar que o PIB do município se alterou significativamente no período de 2011 a 2013, passando de -11,9%, entre 2010 e 2011, para 0,3%, entre 2011 e 2012. Entre 2012 e 2013, verificou-se incremento, tendo o crescimento do PIB registrado 6,6% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registrou taxa de crescimento médio anual de -5% no período 2011-2013, sendo esta expressivamente inferior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Córrego Novo cresceu menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Córrego Novo e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Córrego Novo	26.340	11,9	26.418	0,3	28.160	6,6
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$9.555,34, em 2010, e R\$9.084,01, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

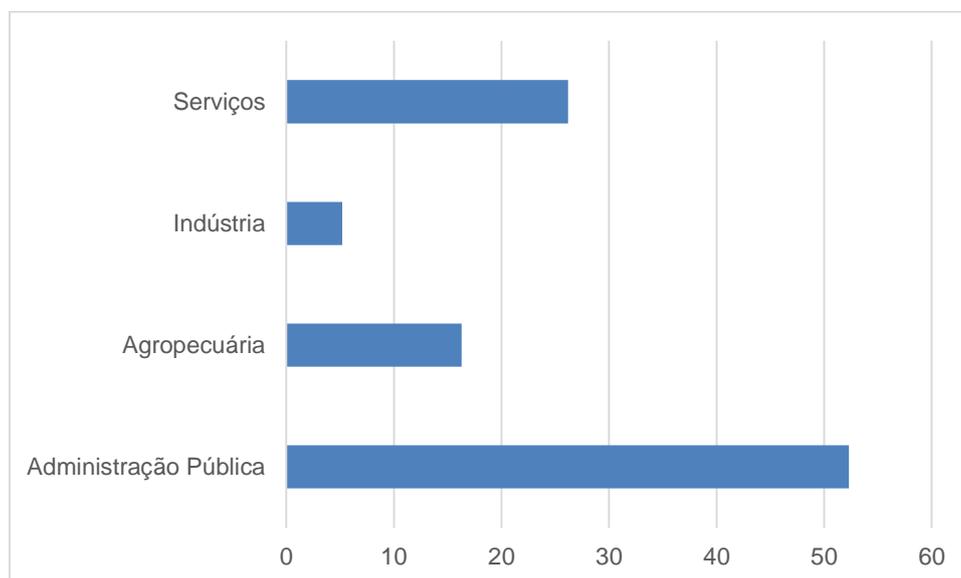
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Córrego Novo encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 52,3% e 26,2%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Córrego Novo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 5,2% e 16,3%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Para ambos, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Córrego Novo possuía 680 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 765 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Córrego Novo (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Córrego Novo	680	765
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 32 empregos em 20 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 279 pessoas em 1 estabelecimento (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Córrego Novo conta com Lei Orgânica, sendo esta do ano de 1990.

O município possui, ainda, Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA), cuja posse dos membros é oriunda do Decreto nº 24/2013, bem como Política de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente e de Melhoria da Qualidade de Vida, a respeito da qual versa a Lei nº 647/2001.

A Lei nº 695/2003, por sua vez, dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental no município de Córrego Novo.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Córrego Novo. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da

cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Córrego Novo para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

O inventário de oferta turística realizado em Córrego Novo registrou um total de 31 bens, serviços e atrativos. A partir do inventário, foi possível identificar a inexistência de estrutura de serviços turísticos, o que se deve também à pouca oferta de atrativos no município. O atrativo cultural de destaque na cidade é a Capela São Geraldo. Foram identificados 31 bens e equipamentos, como demonstrado na tabela a seguir.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística - Córrego Novo

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	20
Equipamento de hospedagem	0
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	11
Transporte	0
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	2
Equipamentos Culturais	2
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	1
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Atrativos	1
Atrativo natural	0
Atrativo cultural	1
Diversidade Cultural	1
Grupos Culturais	1
Calendário Cultural	0
Gastronomia	0
Total	31

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.



Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Córrego Novo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”.

10 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Córrego Novo ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

As diretrizes nacionais que operam no setor de turismo dispõem que os municípios devem dispor de um aparato institucional para constituir seu Sistema de Turismo, sendo este composto por: órgão executivo específico para o setor; Conselho; Fundo; e Plano Municipal. Além disso, os municípios devem participar do Programa de Regionalização e do ICMS turístico, sendo este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais.

Em Córrego Novo, o órgão responsável pela gestão de políticas públicas de turismo é a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer. Porém, o município se mostra carente de planos e ferramentas de planejamento e gestão desta política setorial, não dispondo, por exemplo, de Plano Municipal de Turismo.

Segundo a SETUR/MG (2014), o Plano Municipal de Turismo – PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com Conselho Municipal de Turismo que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT estabelece um horizonte de planejamento de quatro anos, a ser revisto com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Córrego Novo possui uma única instância de participação e controle social da política municipal de turismo, o Conselho Municipal de Turismo. Instituído em 2010 por meio da Lei nº 811, a composição do referido Conselho possui maioria de representantes da sociedade civil, caráter deliberativo e encontra-se em atividade. Segundo a SETUR, o Conselho é o principal mecanismo de participação e controle social das decisões sobre os rumos da política de turismo no município, inclusive, na elaboração do PMT.

Todavia, o município não estabeleceu a sistemática de realização de Conferência Municipal de Turismo como procedimento de diálogo com a sociedade civil acerca dessa política

setorial. Córrego Novo também não dispõe de sistema de informações e indicadores de turismo para planejar, monitorar e avaliar a gestão dessa política. A inexistência desses indicadores dificulta estabelecer objetivos e metas, avaliá-los e adequar seus rumos.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

Em entrevista, o secretário municipal de Turismo, Esporte e Lazer informou que o município dispõe de dotação orçamentária para a execução de política de turismo. De acordo com o entrevistado, os recursos empregados pela prefeitura no fomento às iniciativas do setor de turismo são próprios.

Todavia, segundo dados da Fundação João Pinheiro sobre o esforço orçamentário dos municípios mineiros na subfunção turismo¹¹, os gastos orçamentários de Córrego Novo com a referida política não figuraram o orçamento municipal em 2013, assim como em 2009 (FJP, 2013).

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Córrego Novo participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual. Córrego Novo integra o Circuito Turístico Rota do Muriqui, localizado no leste do estado de Minas Gerais, sendo este composto por seis municípios da região: Caratinga, Ipanema, Santa Rita de Minas, Córrego Novo, Piedade de Caratinga, Ubaporanga. Tal circuito turístico conta com a Reserva Particular de Patrimônio Natural

11 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo (FJP, 2013).

Feliciano Miguel Abdala, que recebe visitantes de diversas nacionalidades interessados em conhecer a biodiversidade local.

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e receberá, em 2017, ano de referência de 2015, o montante de R\$ 3.326,19¹². Essa política visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasse mensal de recursos financeiros arrecadados com o ICMS, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos destinados ao desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Córrego Novo não possuía Inventário de Oferta Turística quando da realização dos levantamentos pela empresa Expressão Socioambiental. Com efeito, foi necessário adquirir informações de base para o início de uma inventariação turística no município.

Durante o levantamento de dados primários, não foram identificados equipamentos, tais como agências e transporte turísticos, ou equipamentos para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras e shows. Também não foram identificados outros equipamentos que sejam utilizados pelos visitantes para fins turísticos, ainda que os mesmos não os tenham como seu principal tipo de uso.

Também não foram inventariados atrativos turísticos naturais, embora o gestor público entrevistado afirme que eles existem no município. Identificou-se que os principais atrativos turísticos naturais de Córrego Novo são as trilhas, cachoeiras, lagoas e a Pedra do Procópio, um dos pontos de maior altitude no município.

¹² Publicação dos Índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de Novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Nos manuais do INVTUR, os meios de hospedagem são definidos como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”.

Com base em tal definição, não foi identificado meio de hospedagem no município de Córrego Novo.

3.2.1.2.1.1 Alimentos e Bebidas

Foram inventariados onze empreendimentos de alimentos e bebidas, que prestam serviços remunerados, a saber:

- Bar dos Amigos;
- Bar da Diversão;
- Bar do João Mota;
- Bar São Geraldo;
- Bar do Zé Banana;
- Bar e Restaurante Bom Sabor;
- Bar do Jabá;
- Sorveteria e Lanchonete Central;
- Quiosque Avenida;
- Bar do Léo;
- GF da Silva.

Tabela 8 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Córrego Novo

Bar dos Amigos



Bar da Diversão



Bar do João Mota



Bar São Geraldo





Bar do Zé Banana



Bar e Restaurante Bom Sabor



Bar do Jabá



Sorveteria e lanchonete Central



Quiosque Avenida



Bar do Léo



GF da Silva



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Locais e Templos de Fé/Edificações

No âmbito do Inventário Turístico, os locais e templos de fé interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais e sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela união, esses templos são importantes lugares de práticas culturais e revelam a diversidade religiosa local. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginárias, telas, indumentárias, decorações, mobiliário, objetos de culto, dentre outros.

Os levantamentos em campo possibilitaram inventariar seis templos de fé, a saber:

- Capela de São Geraldo;
- Congregação Cristã no Brasil;
- Igreja Pentecostal Cristão é Vida;
- Igreja Sagrada Família;
- Igreja Matriz de Santa Efigênia;
- Assembleia de Deus.

Tabela 9 Locais e templos de manifestação de fé/edificações





Igreja Sagrada Família



Igreja Matriz de Santa Efigênia



Assembleia de Deus



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 8 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 8 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresenta a seguir informações sobre a política cultural no município de Córrego Novo.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

O município de Córrego Novo não conta com órgão gestor específico da política de cultura, prerrogativa essa exercida pelo Departamento Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. A este setor está subordinada a Gerência Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, conforme documentação apresentada ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico –IEPHA / ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹³, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

De acordo com os dados lançados pela referida Secretaria na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura, IBGE/2014, em relação à política cultural local, o município tem seu foco na preservação do patrimônio histórico e cultural e no apoio à salvaguarda das tradições culturais locais.

Por fim, informa-se que Córrego Novo não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, não elaborou seu Plano Municipal de Cultura e não dispõe de nenhum programa próprio na área.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

O município dispõe de Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural - COMPAC, instituído pela Lei nº 740/2006, de caráter consultivo e ativo.

Ainda em relação aos mecanismos de participação social, informa-se que Córrego Novo realizou sua primeira Conferência Municipal de Cultura em 2013. Todavia, o gestor público

13 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

entrevistado informou que o município nunca participou de conferências estaduais ou nacionais na área da cultura.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Em 2006, o esforço orçamentário em difusão cultural e patrimônio, em relação ao total das despesas de Córrego Novo, foi de 1,4%, passando a 3% em 2013 (IMRS, 2016).

No orçamento municipal, há dotação orçamentária específica para o setor da cultura. Em pesquisa realizada no portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁴, no exercício 2014, no Quadro Comparativo da Despesa Fixada com a Executada, constatou-se que foi fixada a despesa na Função Cultura, após atualização, de R\$ 383.416,87, destinada integralmente para a subfunção Difusão Cultural. Foram liquidados R\$ 212.879,98 e o restante empenhado. Salienta-se que 91,5% dos recursos foram gastos com a realização do evento Cavalgada de Córrego Novo.

O valor da despesa atualizada da Função Cultura representou 2,08% do valor total das despesas atualizadas da Prefeitura de Córrego Novo em 2014.

Já no ano de 2015, os recursos para a cultura estão lançados na unidade Fundo Municipal da Cultura. Do valor previsto atualizado de R\$ 63.000,00 foram liquidados R\$ 30.414,17, distribuídos entre o pagamento de empresa especializada de assessoria na área de patrimônio cultural e pagamento de professores para as aulas de música e de dança. Há também recursos previstos no Departamento Municipal de Esportes, Cultura, Turismo e Lazer destinados à manutenção de atividades das diversas áreas pelas quais responde o referido órgão.

14 Sítio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

De acordo com dados da MUNIC 2014, o município conta com Fundo Municipal de Cultura, criado em 2009. Entretanto, ainda não houve editais e tampouco foram aprovados projetos para a utilização de seus recursos.

A Tabela 10 traz os valores do orçamento municipal destinados para a Cultura, relativo ao ano de 2014, ao passo que a Tabela 11 mostra os valores aplicados em 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente

Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Córrego Novo (2014 e 2015)

Item / Função	2014
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	18.364.275,96
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	10.786.348,32
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	212.879,98
Ação Construção e ampliação do parque de exposição (valor executado e liquidado)	318,20
Ação Manutenção das atividades dos serviços culturais (valor executado e liquidado)	17.767,00
Ação Promoção de festas e eventos culturais (valor executado e liquidado)	194.794,78

FONTE: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

OBS: Apenas valores liquidados; os valores empenhados não foram aqui considerados.

Tabela 11 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Córrego Novo (2014 e 2015)

Item / Função	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	17.695.920,00

Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	9.703.117,67
Despesa total com a Unidade Fundo Municipal de Cultura (valor executado e liquidado)	30.414,17
Despesa total com a função Cultura – no Fundo Municipal do Turismo (valor executado e liquidado)	88.895,00

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

OBS: apenas valores liquidados; os valores empenhados não foram aqui considerados.

Em primeiro lugar, realça-se haver diferenças de unidades e funções entre os dois anos analisados, motivo pelo qual foram apresentados em quadros separados.

Em 2014, viu-se que havia uma Unidade Orçamentária chamada Departamento Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, cujos gastos são relacionados à administração e custeio de todo o departamento, não sendo possível separar qual parcela deste montante é destinado à Cultura. Assim, avaliou-se os gastos lançados na Unidade Divisão de Cultura e Turismo, onde há a função Cultura apresentada no quadro.

De acordo com tal fonte, constam quase R\$ 213 mil gastos na Cultura em 2014, o que correspondia a cerca de 1,9% do orçamento municipal anual executado. Deste total, cerca de R\$ 195 mil foram destinados ao pagamento de estrutura e cachês para festas e eventos culturais, valor que corresponde a 91% de todo o recurso ordinário executado na função Cultura.

Já em 2015, viu-se que as verbas para a Cultura foram distribuídas em duas unidades: Unidade Fundo Municipal de Cultura e Unidade Fundo Municipal do Turismo – Função Cultura.

Como se viu na Tabela 11, o valor para as ações culturais foi reduzido em 2015, totalizando R\$ 119 mil, correspondente a 1,2% do orçamento municipal liquidado no ano. Deste total, 74% foi destinado ao Fundo de Turismo para pagamento da ação Promoção de Festas

Típicas da Cidade, ao passo que os 26% restantes foram destinados ao Fundo de Cultura, ação Manutenção das Atividades dos Serviços Culturais.

Córrego Novo tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁵, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto na Tabela 12 e Tabela 13, o município vem tendo sua pontuação reduzida nos últimos anos, provavelmente por não cumprimento dos quesitos e exigências relativas a tal política, chegando ao exercício 2017 com 5,75 pontos, abaixo da média estadual de 7,83. Esta situação é indesejada e indica que poderá haver redução dos recursos repassados e disponíveis para o Fundo de Patrimônio no ano que ora se inicia.

Tabela 12 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Córrego Novo (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
Córrego Novo	5,75	7,05	8,60

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 13 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Córrego Novo (2014-2016)

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Córrego Novo	78.600,51	142.104,69	89.638,13

Fonte: FJP, 2016

15 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

*Não inclui o valor repassado no mês de dezembro

A Lei nº 787/2009, instituiu o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC, nos termos do Art. 167, item IX, da Constituição Federal, e dos Arts. 71 a 74 da Lei Federal 4.320/64. O FUMPAC tem a finalidade de prestar apoio financeiro suplementar a projetos e ações de promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural local. A movimentação e a aplicação dos recursos do FUMPAC são deliberados pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural – COMPAC. Seus recursos são provenientes de dotações orçamentárias, multas, repasses do ICMS Patrimônio Cultural, entre outras fontes.

Não há legislação municipal de fomento à cultura via renúncia fiscal.

O gestor entrevistado aponta como principais dificuldades do município a falta de recursos financeiros e de capital humano para o desenvolvimento de ações na área cultural.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A estrutura cultural do município se expressa também pelos espaços e equipamentos públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Como o município de Córrego Novo não foi previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR foi necessário coletar dados de base para o início de um inventário cultural. Os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo realizadas pela empresa Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

Em Córrego Novo não foi identificado nenhum espaço ou equipamento para realização de eventos de grande porte, como congressos, convenções, exposições, feiras e shows.

Também não foi feita referência à existência de espaço para montagem de circo ou parque de diversões.

A cidade tampouco dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas. As poucas manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos, conforme anteriormente ilustrados.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

O município dispõe de uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Municipal José Ferreira do Carmo, mas não dispõe de outros equipamentos apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivo público e museu. Entretanto, o gestor entrevistado informou sobre a criação de Arquivo Público Municipal, que ainda não está em funcionamento.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Como descrito, são restritos os equipamentos e a diversidade cultural em Córrego Novo. De acordo com as informações apuradas, as poucas manifestações culturais estão ligadas às tradições populares, com destaque para a cavalgada e as celebrações religiosas. Outras manifestações tradicionais, como a do Bumba Meu Boi, que já foi expressiva no município, encontram-se paralisadas.



Figura 9 Cavalgada em Córrego Novo.

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-PHJiJU8t8II/VknCkuWeA7I/AAAAAAAAACJtc/CM54syc45zA/s1600/IMG-20151116-WA0024.jpg>

A principal atividade artística é a musical, desenvolvida pela Corporação Musical Corregonovense, fundada em 2011.

Com relação ao artesanato local, constam na MUNIC 2014¹⁶ as atividades de bordadeiras e a produção de outros trabalhos manuais. Conforme afirma o gestor entrevistado na pesquisa de campo desenvolvida pela Expressão Socioambiental, em 2016, há grande potencial não desenvolvido nesta área da produção artesanal, bem como na culinária, faltando, entre outros aspectos, a formação de uma cooperativa para apoiar e dinamizar a produção local.

¹⁶ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

Na área da formação cultural, foram identificados cursos de dança e de música. Há uma proposta de formação de uma banda de música com crianças e adolescentes, a qual, segundo o gestor entrevistado, estaria em fase de implantação.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O município não conta com calendário cultural oficial sistematizado, sendo duas as suas principais festividades locais: o Aniversário da Cidade, em 30 de dezembro, envolvendo a realização de feira e shows; e a Festa de Santa Efigênia, padroeira da cidade, que ocorre em 21 de setembro.

Nessa mesma época acontece a tradicional cavalgada, festa realizada com rodeios, barrquinhas de comidas típicas e shows de artistas de renome regional e nacional. A 19ª edição do evento, em 2016, não aconteceu e seu cancelamento foi atribuído à falta de recursos financeiros.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

O município aprovou a Lei nº 740/2006, que estabelece normas de proteção do patrimônio cultural, de natureza material e imaterial. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, essa legislação municipal define:

“Art. 1º - Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, públicos ou particulares, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade municipal, entre os quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico;

VI - os lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas.”

O município de Córrego Novo demonstra enviar insuficientes esforços no sentido de melhorar sua participação na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural, cuja pontuação foi de 5,75 para o exercício 2017, valor abaixo da média dos municípios mineiros, que naquele exercício foi de 7,83. Tal diferença se mostra ainda maior se comparada à maior pontuação do estado, atribuída a Mariana (58,50).

Um dos critérios de classificação estabelecidos pelo IEPHA, diz respeito aos bens protegidos no município, seja pelo próprio, pelo estado ou pela união.

Córrego Novo conta com três bens na Lista de Bens Protegidos do IEPHA, exercício 2017. Um bem móvel, a Imagem Sacra de Santa Efigênia, tombado¹⁷ pelo Decreto nº 003/2010, cuja documentação foi aprovada pelo IEPHA para fins de pontuação em 2011. O segundo é um bem registrado¹⁸ na categoria celebrações: a Cavalcada de Córrego Novo. O seu número de inscrição é 001/2013 e seu processo de aprovação pelo IEPHA encontra-se em andamento.

O terceiro é um bem protegido por legislação federal - IPHAN, também de natureza imaterial - a Roda de Capoeira (categoria Formas de Expressão) / Ofício de Mestre da Capoeira

17 Tombamento é o procedimento administrativo pelo qual o poder público submete o bem cultural móvel ou imóvel de valor histórico, artístico, paisagístico, etnográfico, arqueológico ou bibliográfico à proteção do Município, declarando-o Patrimônio Cultural.

18 Registro é o procedimento administrativo pelo qual o poder público reconhece, protege e inscreve em livro próprio como patrimônio cultural bens de natureza imaterial, a fim de garantir a continuidade de expressões culturais referentes à memória, à identidade e à formação da sociedade do Município, para o conhecimento das gerações presente e futuras.

(categoria Saberes), no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial - PNPI, instituído pelo artigo 8º do Decreto nº 3.551/2000¹⁹.

O município dispõe ainda de outros dois bens inventariados, a saber: a Igreja Matriz de Santa Efigênia e a Praça Central de Santa Efigênia

3.2.2.6 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade, conscientizando os alunos quanto a cidadania, a identidade cultural e a memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural. Em 2015, o bem escolhido foi a Área de Eventos onde acontece a Cavalgada.

A Cavalgada é um evento cultural que busca resgatar a tradição tropeira da localidade, onde a agropecuária e o cavalo estão muito presentes. Trata-se da principal celebração pública do município, sendo também valorizada como importante ocasião de fortalecimento da sociabilidade dos moradores e visitantes. A Cavalgada se constitui também em uma importante ação de fomento ao comércio e serviços locais, pois chega a atrair um público de seis mil pessoas.

19 O PNPI viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, entendida como instrumento de construção e fortalecimento da cidadania. Busca promover a implantação de uma rede de parceiros que contribuam para a valorização do patrimônio cultural, de modo a torná-lo representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil. Nesse sentido, é fundamental a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam essas manifestações vivas, dinâmicas e de caráter processual, assim como a articulação com os órgãos públicos e entidades próximos desses produtores.

O local escolhido para a realização do evento é o largo da Rua Geraldo de Souza Neto, o maior espaço da cidade para esse tipo de uso.

O projeto EDUCAR teve como participantes o sexto ano da Escola Municipal Professor Borges da Costa (Documentação do ICMS Patrimônio Cultural, exercício de 2017).

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte

mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Córrego Novo, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

Segundo estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, o indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte²⁰” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” indica que, “Córrego Novo estava entre os 474 municípios de

20 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013). O município também não dispõe de sistema de informações e/ou indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer.

Na estrutura organizacional do município, porém, a gestão da política pública de esporte e lazer é prerrogativa do Departamento Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer. De acordo com o Art. 176 da Lei Orgânica de Córrego Novo “cabe ao município, apoiar e incrementar as práticas desportivas na comunidade”. Já com o Art. 177, verifica-se que “o município, proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade (...)”.

Ainda que a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura de Córrego Novo não implementou Plano Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se a existência do Conselho Municipal de Esporte, criado pela Lei nº 803, de 16 de novembro de 2009. Verifica-se, porém, que o Conselho encontra-se inativo. Segundo o gestor público entrevistado, tal órgão é consultivo e a sua representação é majoritariamente de representação governamental, contando com dez titulares.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com o representante municipal, Córrego Novo não tem Fundo Municipal de esporte e/ou lazer ou legislação de incentivo voltada para esses setores.

Todavia, segundo o entrevistado, o município dispõe de dotação orçamentária destinada às políticas de cultura, esporte e lazer, que corresponde a 0,56% do orçamento total da prefeitura. O entrevistado informou, ainda, que a prefeitura de Córrego Novo utiliza recursos próprios para fomentar e apoiar iniciativas do setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer”, em 2013, apontou que os gastos orçamentários de Córrego Novo nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,3% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0% (FJP, 2013), apresentando aumento de 0,3% no período de 2009 a 2013.

Embora o Conselho Municipal de Esporte de Córrego Novo esteja cadastrado, sua inatividade fez com que o município não tivesse pontuação no ano base 2015 do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009) (MINAS GERAIS, 2016).

O ICMS Esportivo, por sua vez, é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar: a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo) (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com o levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Córrego Novo tem participação, registrada nos últimos anos, nos Jogos Escolares de Minas Gerais e nos Jogos de Minas Gerais.

Por meio da pesquisa realizada em novembro de 2016, constatou-se que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados em Córrego Novo são: Campeonatos municipais e regionais de futebol e futsal, encontros de motoqueiros e vôlei livre.

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos de Esporte e Lazer

O município possui dois espaços ou infraestruturas de lazer e entretenimento que se constituem em equipamentos capazes de propiciar o encontro dos moradores da comunidade, bem como recreação, lazer, eventos escolares e atividades físicas, esportivas e culturais.

A seguir, apresentam-se os espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer inventariados no município:

- Campo Municipal de Córrego Novo;
- Ginásio Poliesportivo de Córrego Novo;
- Praça São João, no centro da cidade: utilizada como espaço de descanso, contemplação da paisagem e lazer. É equipada com bancos e mesas em concreto para jogos. Arborizada, tem alameda pergolada que a torna um lugar agradável, refrescante e acolhedor;
- Praça Vicente Garcia de Paula, no bairro São Geraldo: gramada e arborizada, tem espaço coberto com mesas e bancos de concreto para jogos e uma academia ao ar livre, que, por sua vez, encontra-se em bom estado de conservação;
- Praça Santa Efigênia, no centro da cidade: tem canteiros gramados e arborizados, além de dois coretos;
- Praça Alberto Vieira, no centro da cidade: Longitudinal e pavimentada, é arborizada com duas fileiras de palmeiras, em um longo canteiro central. Utilizada para caminhadas, corridas e demais exercícios físicos, dispõe de equipamentos de academia ao ar livre, em bom estado de conservação.

Tabela 14 Equipamentos de esporte e lazer

Praça Santa Efigênia



Praça Alberto Vieira



Praça São João



Praça Vicente Garcia de Paula





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisa no principal sítio de busca da internet, o google²¹. Para tanto foram utilizadas taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²². As taxonomias utilizadas foram: I) Córrego Novo OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; e II) Córrego Novo E barragem.

A Tabela 15 abaixo apresenta a compilação amostral das informações resultantes desta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

²¹ goo.gl/46bXSx

²² O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 19/12/2016.

Tabela 15 Clipping de notícias de Córrego Novo

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Catástrofe da barragem no Brasil faz aniversário de um ano e resulta em processo criminal	09/11/16	Mongabay	https://goo.gl/SXqvno	Nacional	Negativo
Desastre da barragem de Mariana completa um ano e leva a processos judiciais	08/11/16	The Intercept	https://goo.gl/J4x6sD	Internacional	Negativo
#NãoEsqueçoMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	MPMG	https://goo.gl/Mr2CE9	Nacional	Negativo
CBH-DOCE reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH-DOCE	https://goo.gl/lu92Vs	Nacional	Negativo
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operária	https://goo.gl/RdTSoR	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Após um ano do rompimento da barragem do Fundão, foram divulgados, nos sites de notícias da Mongabay e The Intercept, os resultados das investigações do Evento, compilados em um extenso e “condenatório” relatório. As notícias se baseiam no documento elaborado pelo MPF, onde consta a reconstituição da história do rompimento da barragem do Fundão. Segundo autoridades competentes citadas no texto, a “destruição” do

rompimento da barragem continua em curso. Além dos relatos dos danos, a matéria apresenta registros fotográficos do Parque Estadual do Rio Doce, localizado no município de Córrego Novo²³.



Figura 10 Onda de lama no rio Doce, em Córrego Novo

Fonte: The Intercept²⁴ – Brasil. Foto: CPRM – Superintendência de Belo Horizonte, 2016

²³ A notícia aponta como localização de uma imagem o ponto de monitoramento da lama na Cachoeira dos Óculos, no Parque Estadual do Rio Doce, citando que este ponto estaria no município de Córrego Novo. No entanto o Parque Estadual do Rio Doce está inserido nos municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo (Fonte: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/195?task=view>).

²⁴ <https://goo.gl/UKsRrG>



Figura 11 Ponto de monitoramento da lama na cachoeira dos Óculos, no Parque Estadual do Rio Doce, município de Córrego Novo (MG).

Fonte: The Intercept²⁵ – Brasil. Foto: CPRM – Superintendência de Belo Horizonte, 2016

O site do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), instituição bastante atuante no que se refere aos efeitos decorrentes do Evento, enfatiza ao longo da reportagem que este foi “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”.

Ratifica, ainda, as diversas frentes em que o MP tem atuado, junto a outros órgãos, e menciona a instauração do Inquérito Civil, no dia seguinte ao Evento, para apurar as causas, desdobramento e responsáveis pelo rompimento da barragem do Fundão. A postagem elenca os principais municípios atingidos em decorrência do rompimento e Córrego Novo aparece listado.

A notícia vinculada no site da CBH-DOCE, que é a página do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, noticia um encontro que ocorreu no município de Mariana com representantes do Comitê da Bacia do Rio Doce e gestores dos 39 municípios atingidos pelo

²⁵ <https://goo.gl/UKsRrG>

Evento. O encontro tinha por objetivo apresentar e debater o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado com a empresa Samarco.

Para além da discussão referente aos programas do TTAC, que visam reparar e mitigar os impactos decorrentes do Evento - programas voltados à segurança hídrica e qualidade da água, destinação de resíduos sólidos e melhoria dos sistemas de abastecimento de água -, a matéria também menciona a organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Córrego Novo aparece em tal lista como um dos municípios pertencentes à área ambiental 2 do TTAC, objeto do escopo do referido Fórum.

A matéria associada ao município, em 09/11/2016²⁶, foi publicada no sítio Liga Operária²⁷ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco”. A matéria afirma não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, que teria sido um “crime premeditado”. Entre as consequências descritas se encontra a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Já uma série de outras localidades é listada, a fim de demonstrar que, cerca de um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades, encontra-se Córrego Novo.

A partir da amostra de notícias, verifica-se que, de modo geral, as menções a Córrego Novo se dão em listagens de municípios impactados, não havendo especificações ou aprofundamentos de abordagens quanto à situação do município após o Evento. Para os demais casos, observa-se que as referências à localidade se associam ao Parque Estadual do Rio Doce. Ademais, cabe ressaltar que o nome do município não figura em nenhum título das notícias selecionadas para amostra do clipping. Por outro lado, verifica-se que a imagem do município de Córrego Novo está vinculado a notícias de alcance internacional.

26 goo.gl/aE16fm

27 goo.gl/oFV2IU

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²⁸ resultante do texto da notícia descrita e analisada. Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são, “Samarco”, “empresa” “lama” e “barragem”, portanto, termos predominantemente neutros. Outros termos como “morte”, “rejeito”, “tóxico”, menos frequentes, representam o teor negativo do conteúdo de parte das matérias.



Figura 12 Nuvem de termos referentes ao clipping de Córrego Novo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.4 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto sobre a imagem de Córrego Novo é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce

²⁸ Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

Vivo²⁹, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções relevantes e recentes. Além disso, sendo a Conectas³⁰ e a Onda Política³¹ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³² com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³³, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 16 Síntese de citações

Município de Córrego Novo		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não

29 goo.gl/hBGDKp

30 goo.gl/BcEHVc

31 goo.gl/x1VYhC

32 Organização Não Governamental

33 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na Tabela 16, acima, é possível observar que o município de Córrego Novo foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁴ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁵, de dezembro de 2015. Nesse documento, as informações sobre o Evento são articuladas de modo a promover a reflexão a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁶.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁷.

No documento, observa-se que a menção a Córrego Novo se limita a uma listagem de municípios³⁸ para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

34 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

35 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

36 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

37 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

38 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

O diagnóstico ora realizado possibilita notar que a estrutura de gestão da política de turismo no município está parcialmente instituída, conforme as diretrizes nacional e estadual. De acordo com a SETUR, essas diretrizes são detalhar, estruturar e implementar os quatro instrumentos responsáveis pelo desenvolvimento responsável do turismo no município, sendo eles: o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); o Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR); e o ICMS Turístico.

O município de Córrego Novo não possui FUMTUR, instrumento participativo que viabiliza recursos que podem promover o desenvolvimento do turismo. Não foi possível, ainda, diagnosticar a existência de Plano de Turismo. Somado a isso, o município ainda não possui legislação de incentivo ao setor, devendo-se destacar que esta pode agregar aos instrumentos supracitados novos mecanismos de fomento à atividade.

Embora o turismo tenha sido mencionado pelo gestor entrevistado como um setor muito importante para o município, seus instrumentos institucionais não estão consolidados, conforme aponta o diagnóstico temático. Segundo o gestor, por meio do turismo é possível alavancar a economia local, ainda que o fluxo turístico seja incipiente.

De acordo com ele, a principal potencialidade turística de Córrego Novo é o turismo de aventura, devido às formações geológicas da região. Sendo assim, as potencialidades são seus atrativos turísticos voltados para os segmentos de aventura, lazer e cultura. Por outro lado, suas fragilidades se constituem em na ausência de infraestrutura adequada para o atendimento ao público potencial. Ademais, o município não conta com mecanismos de atração organizados para os visitantes, de modo a assegurar a experiência turística e garantir um fluxo de turistas que perdure por mais tempo na localidade.

4.2 Cultura

O município demonstra envidar poucos esforços no sentido de melhorar sua participação na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural.

De fato, foi possível perceber que o município de Córrego Novo não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e não realiza o fomento às artes através de editais, leis ou fundos. Não tem a cultura estruturada como uma política pública e apresenta grande fragilidade institucional. A política cultural é incipiente e focada na preservação do patrimônio histórico e cultural e no apoio à salvaguarda das tradições culturais locais. Entretanto, o município não tem realizado esforços suficientes no sentido de melhorar sua participação na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural.

Grande parte dos recursos é destinada aos eventos de grande porte, o que compromete as possibilidades de desenvolvimento cultural local.

As atividades culturais no município são limitadas e muitas vezes restritas às duas grandes festas anuais. De forma semelhante a infraestrutura cultural local é insuficiente para a difusão e a fruição cultural. Manifestações como o Bumba Meu Boi, encontram-se paralisadas, impactando a manutenção e transmissão da cultura popular tradicional da localidade.

4.3 Esporte e Lazer

Córrego Novo é um município que apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e o lazer, tendo em vista que tais setores não compõem secretaria municipal exclusiva. Isso significa dizer que em Córrego Novo o esporte e o lazer não são tratados como prioridade no programa do governo municipal.

O gestor entrevistado informou haver dotação orçamentária destinada à promoção, fomento e apoio ao esporte e lazer, a qual corresponde a 0,56% do orçamento total do município. Foram encontradas, contudo, informações quanto à participação de Córrego Novo em apenas um programa promovido pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação deste município em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo. Programas como esse permitem, conseqüentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas.

Além disso, a inexistência de Fundo Municipal de Esportes e de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive a política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para tais setores.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é importante para o município, uma vez que propicia aos jovens manter sua “mente ocupada”, fazendo bem à saúde. Ademais, o entrevistado afirma que esta atividade pode ser mobilizada como um mecanismo de afastamento da juventude de Córrego Novo do “mundo das drogas”.

O entrevistado entende, ainda, que a prática das modalidades esportivas futebol e handebol se constituem na maior potencialidade observada em Córrego Novo, tendo em vista que essas atividades podem contar com melhor estrutura entre aquelas que o município dispõe. Contudo, ele cita a falta de interesse da comunidade, que não participa das atividades, a falta de investimentos do poder público e de recursos para o desenvolvimento de projetos como as principais fragilidades observadas para o esporte local.

Continuamente, o entrevistado afirma que o lazer é importante para o desenvolvimento social e econômico de Córrego Novo, pois é capaz de proporcionar bem estar para a população, bem como diversão para a cidade. Ele acredita que os espaços ao ar livre, tais como as praças, são as maiores potencialidades observadas. Por outro lado, o gestor faz ressalva quanto à necessidade de ampliar esses espaços e proporcionar mais locais para caminhada. Mais uma vez, o entrevistado cita a falta de investimento como principal fragilidade observada.

Ainda de acordo com o gestor, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- Infraestrutura para voo livre;



- Iluminação do campo de futebol;
- Novas lideranças.

Além disso, para a valorização e fomento de ações locais voltadas para o esporte e lazer faz-se necessária uma reestruturação das prioridades da política municipal, capacitação profissional dos agentes públicos, investimento em projetos e programas para este setor. Nesse sentido, também se destacam a promoção e a divulgação adequadas, a fim de atrair e envolver a comunidade nas ações locais que têm como principal objetivo proporcionar qualidade de vida para a população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 17.

Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas



	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 18 Modelo de Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											

	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer														
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 13 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

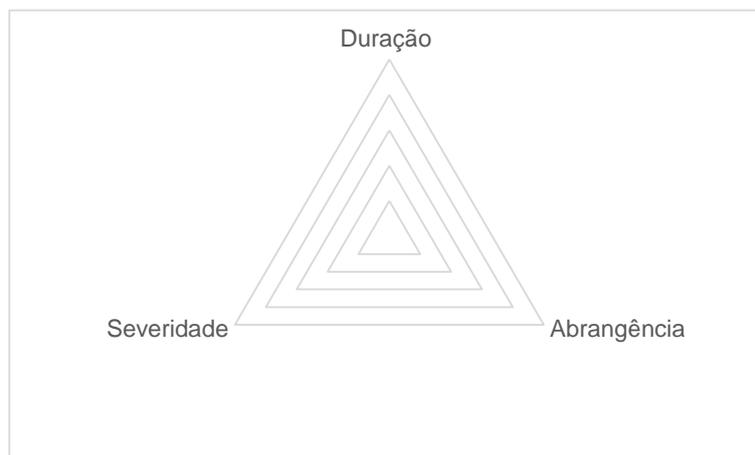


Figura 13 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 14, a seguir:

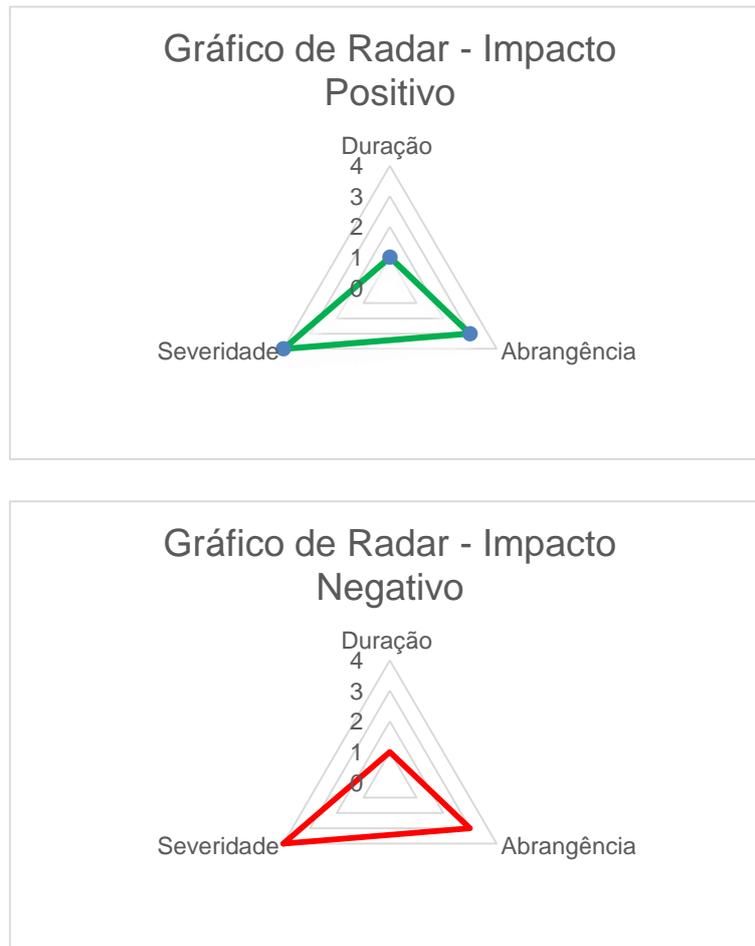


Figura 14 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso

possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 15 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

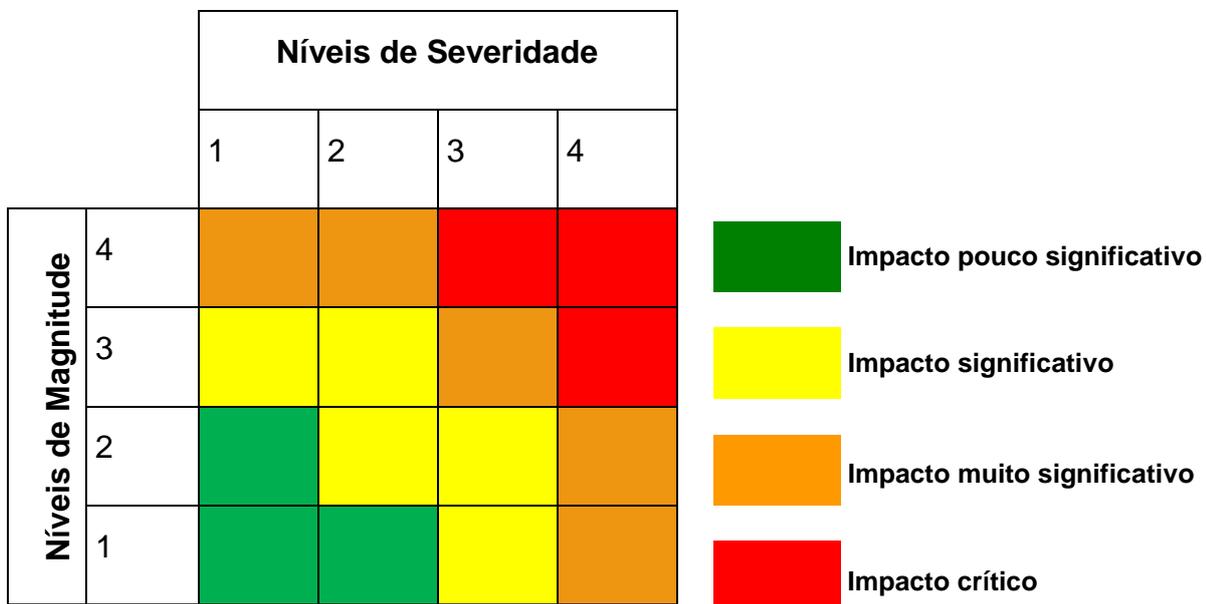


Figura 15 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:



- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;



- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região



- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;



- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;



- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).



- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.



Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impacto sobre a Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm sido matérias jornalísticas e de estudos científicos.

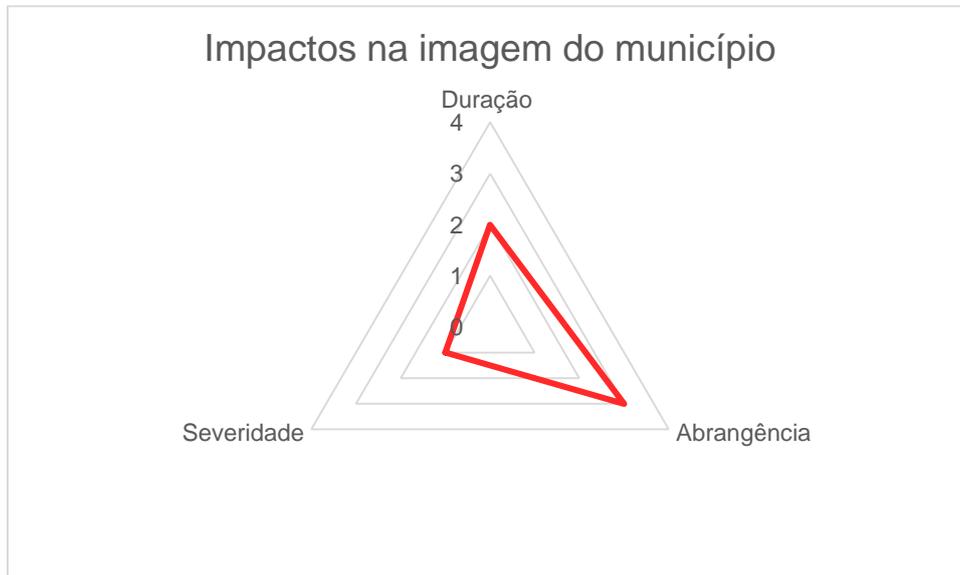
Diante disso, a presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Córrego Novo. Para tanto, foi elaborado um clipping de notícias e um recorte amostral de artigos científicos.

Na análise das matérias jornalísticas e da produção acadêmica observa-se que a menção a Córrego Novo se limita a uma listagem³⁹, na qual descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Córrego Novo pode ser considerado negativo, direto, de média duração, considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal, uma vez que incide sobre a imagem deste. A severidade do impacto foi considerada como baixa, já que a veiculação do nome do município foi inexpressiva.

³⁹ Página 55.

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

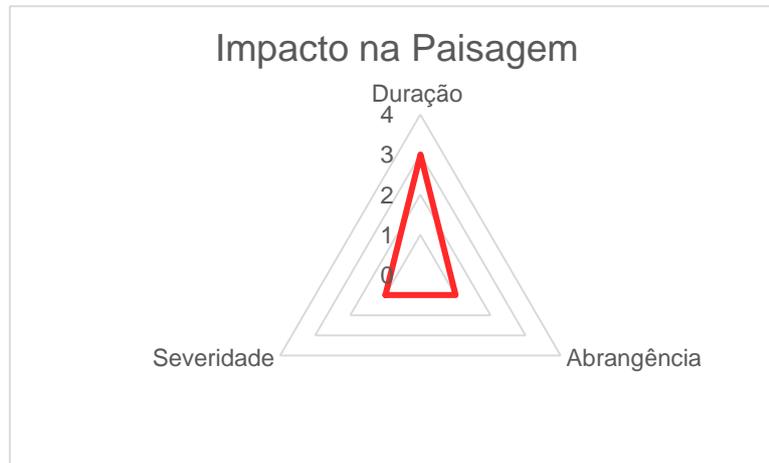
Considerados os aspectos acima expostos avalia-se o impacto em tela como significativo.

5.2.2 Impacto na Paisagem

O Evento gerou impacto na paisagem do município de Córrego Novo às margens do rio Doce. Entretanto, a sede municipal encontra-se distante no rio e não foram identificadas comunidades ribeirinhas no município.

Este impacto é considerado negativo, direto, de longa duração, considerando que a recuperação desta área deverá durar um período superior a cinco anos, e de abrangência local. A severidade do impacto foi considerada como baixa.

Gráfico 3 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como pouco significativo.

5.2.3 Impactos Econômicos no Turismo

A sede do município de Córrego Novo dista aproximadamente 10 km, em linha reta, do Rio Doce. Entretanto, ainda que distante, o Evento afetou dois empreendimentos de alimentos e bebidas que apontam uma diminuição no número de clientes e arrecadação em virtude da desconfiança na procedência e qualidade dos peixes que são servidos em seus estabelecimentos.

Consideradas estas entrevistas, avalia-se o impacto em tela como de natureza negativa, originado indiretamente do Evento, e de médio prazo, pois estima-se ser necessário um período de tempo de até cinco anos para o reestabelecimento das condições anteriores ao rompimento da barragem. Sua abrangência é na sede municipal e sua severidade avaliada como baixa, dada a sua incidência particular no setor de alimentação.

Gráfico 4 Impacto econômico no turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como pouco significativo. A seguir apresenta-se tabela com a classificação dos atributos relativos aos impactos acima descritos:

Tabela 19 Planilha de identificação dos impactos ambientais

	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Notícias veiculadas em mídias digitais e televisivas regionais e nacionais	IN	ID	2	3	1	2	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1
Impacto na paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	1	1	1	Ações de Requalificação Ambiental	1	1	1
Impactos econômicos no turismo	Impacto sobre empreendimento de alimentos e bebidas	IN	II	2	2	1	1	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em Córrego Novo

Nome	Nome do órgão/setor
Wilson Lima de Paula	Prefeito
Ailton Lima de Paula	Prefeitura
Wilson Claver	Esporte turismo cultural e lazer
Leandro Martins	Prefeitura

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 21 Equipe técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarim	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 10/01/2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PNT – PLANO NACIONAL DO TURISMO. DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS, 2003 – 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2013-2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007-2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2003-2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES POLÍTICAS. 2004.

BRASIL. 2014. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS. CONSULTA PÚBLICA DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 03.07.2014, CONSULTADO EM 04.01.2017.

BRASIL. 2015. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 6.8.2015, CONSULTADO EM 04.01.2017.

CORREGO NOVO. PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO NOVO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://CORREGONOVO.MG.GOV.BR/](http://corregonovo.mg.gov.br/). ACESSO EM: 10/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 10/01/2017.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. 2013.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ECONOMIA DO TURISMO: UMA PERSPECTIVA MACROECONÔMICA. 2003-2009. 2012.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

IER – INSTITUTO ESTRADA REAL. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.INSTITUTOESTRADAREAL.COM.BR/](http://www.institutoestradareal.com.br/). ACESSO EM 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

MARCELLINO, NELSON CARVALHO (ORG.). POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS DE LAZER: O PAPEL DAS PREFEITURAS. SÃO PAULO: AUTORES ASSOCIADOS, 1996.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 18/11/2016

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. CÓRREGO NOVO. [IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br). ACESSADO EM 06.01.2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 08.01.2017 MINAS GERAIS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 10/01/2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. ULTIMAS NOTICIAS. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.TURISMO.GOV.BR/ULTIMAS-NOTICIAS/7228-OMT-VAI-APOIAR-A-ESTRAT%C3%A9GIA-DE-DESENVOLVIMENTO-DO-TURISMO-BRASILEIRO.HTML](http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7228-omt-vai-apoiar-a-estrat%C3%A9gia-de-desenvolvimento-do-turismo-brasileiro.html). ACESSO 28/12/2016

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

PEDST-MG – PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE MINAS GERAIS - DIAGNÓSTICO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.

DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas). ACESSO EM: 03/01/ 2017.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DO CÓRREGO Novo, 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 10/01/2016.